

MEIO EDUCACIONAL

Desafios de implementar uma política de inclusão na educação superior

A inclusão de estudantes com deficiência na educação superior tem sido um desafio para a gestão das Instituições de Ensino Superior (IES). Este estudo é um recorte da pesquisa conduzida pelo GPDIGES - Grupo de Pesquisa Democratização, Inclusão e Gestão na Educação Superior - UNISINOS/CNPq. A pesquisa foi realizada em três instituições: duas comunitárias e uma instituição pública. O objetivo consistia em analisar as estratégias de gestão utilizadas pelas IES para permanência e conclusão do estudante com deficiência, com a finalidade de identificar processos e práticas para a inclu-

Maria Aparecida Marques da Rocha

Dra. em Serviço Social, professora e coordenadora dos Cursos de Ciências Sociais e Serviço Social, e professora do PPG em Gestão Educacional da UNISINOS.

Maria Janine Dalpiaz Reschke

Dra. em Educação, professora dos cursos de licenciaturas da FACCAT.

são que qualifiquem a formação acadêmica. É uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório. Como instrumento para coleta das informações, utilizaram-se entrevistas semiestruturadas. Foram entrevistados 34 participantes (gestores, coordenadores, professores, responsáveis pelo atendimento ao aluno, formação de professores e estudantes com deficiência).

O texto trata da pesquisa que tem como foco principal a inclusão de estudantes com deficiência para ampliar a reflexão sobre os desafios contemporâneos que interpelam as IES. A emergência de investigar como as universidades vêm respondendo a esses desafios, que incluem a democratização e a inclusão, vem estimulando a realização de estudos sobre as alternativas e os contextos produzidos para tal objetivo. As crises da universidade decorrem das dificuldades que esta instituição consolidada em uma cultura meritocrática tem tido para dar respostas às exigências de um novo tempo.

Neste recorte, focalizamos as reflexões sobre estratégias que se enquadrassem no conceito adotado de inclusão de estudantes com deficiência e que se relacionassem com a gestão das práticas pedagógicas, quer curriculares, quer da aula universitária pelas IES, que tenham contribuído nas relações entre os docentes e estudantes com deficiência para o engajamento, permanência e conclusão de curso.

Temos entendido que uma política de inclusão deve oferecer possibilidades reais de investir em cada sujeito com deficiência. Isso requer ter plena e efetiva participação no processo de formação, o que se traduz pela

Medidas de apoio individualizadas e efetivas devem ser adotadas nos ambientes acadêmicos e social para que haja inclusão plena.



Foto: Freepik

garantia de acessibilidade aos espaços, à comunicação e também nas relações. Para isso, se faz necessário potencializar as aptidões individuais. É imprescindível que medidas de apoio individualizadas e efetivas sejam adotadas nos ambientes acadêmico e social, respondendo à inclusão plena (BRASIL, 2007). Portanto, essas concepções norteiam a pesquisa, assim como o conceito de que as práticas pedagógicas são práticas que se realizam para organizar/potencializar/interpretar as intencionalidades de um projeto educativo, que é conduzido por um pensamento reflexivo (FRANCO, 2012).

Contexto da Pesquisa

O Censo da Educação Superior de 2022 revela que o número de estudantes matriculados no Brasil, naquele ano, era 9.443.597, e desse total,

somente 79.262 estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação estavam matriculados em cursos de graduação. Os números revelam a grande disparidade de inserção desses estudantes na educação superior, e tal fato aponta a necessidade de as IES olharem com maior atenção essa realidade.

Ao longo de quase duas décadas, em função das políticas educacionais

organizadas pelos governos, houve um maior acesso de estudantes ao ensino superior, principalmente os socialmente desfavorecidos, oriundos das camadas populares da sociedade brasileira (MIRANDA, 2006). Ao mesmo tempo em que havia uma política embrionária de democratização da educação, outros movimentos ocorriam na sociedade, especialmente após a Constituição Federal de 1988, por busca de direitos individuais e coletivos, por uma real cidadania.

No Brasil, a inclusão de alunos

com deficiência no ensino superior é respaldada por diversas legislações e políticas. Os principais marcos legais são: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/1996, a qual estabelece que a educação é um direito de todos e que deve ser oferecida de forma inclusiva, garantindo acesso e permanência de alunos com deficiência em todos os níveis de ensino; bem como foi criada, em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Este documento traça o histórico do processo de inclusão escolar no Brasil para embasar políticas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos.

É importante ressaltar que a prática pedagógica exige do professor um esforço de sair, muitas vezes, da chamada "zona de conforto".



Foto: Freepik

A Lei nº 13.146/2015 institui a Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência), reforça o direito à educação inclusiva e estabelece que instituições de ensino devem oferecer condições para a inclusão de alunos com deficiência.

O movimento crescente de acessibilidade e permanência, mesmo com o processo de democratização (SANTOS, 2010), vivenciado com maior intensidade na sociedade brasileira até 2016, sofreu uma desaceleração, devido à nova condução político-econômica que se prolonga há diversos anos, indiferentemente de governo. Outro aspecto relevante do estudo refere-se à definição do que entendemos como prática pedagógica: a consciência de que o professor é um ator social e que interage com o espaço social em que está inserido e busca o retorno dessa ação.

Considerando que existem muitos fatores internos e externos que contribuem ou não para a atuação do professor, da mesma maneira que essa atuação poderá variar conforme a localidade, até porque o professor é um sujeito histórico e, como tal, influencia e é influenciado pelo espaço social

em que está inserido. Seguindo a mesma linha de pensamento, há de se destacar que nem toda ação docente pode ser considerada uma prática pedagógica, uma vez que toda prática pedagógica exige uma intencionalidade, reflexão na ação docente, imersão e interação social.

Em que pesem as práticas pedagógicas se organizarem intencionalmente para atender a determinadas expectativas educacionais solicitadas por uma dada comunidade social, nesse sentido, elas enfrentam, em sua construção, um dilema essencial: sua representatividade e seu valor advêm de pactos sociais, de negociações e deliberações com um coletivo. Ou seja, as práticas pedagógicas se organizam e se desenvolvem por adesão, por negociação, ou, ainda, por imposição.

Assim, fica evidente que a prática pedagógica é algo que vai além de dominar técnicas da docência, exige que o professor tenha consciência de sua função e que traga o aluno para interagir com ele, professor, com a aula, com a IE e com a comunidade, sendo sujeito ativo no conhecimento. É importante ressaltar que a prática pedagógica exige do professor um esforço de sair, muitas vezes, da chamada “zona de conforto”, pedem que, além de estar conectado com a realidade social inserida, esteja constantemente buscando sua atualização e transformação. Para um dos entrevistados, trabalhar com os estudantes com deficiência é um desafio: *“Trabalhar com esses alunos, não sei nada sobre deficiência, não sei como lidar com isso. A gente até sabe que tem apoio do núcleo, mas a gente acaba se organizando com o que sabe e pouco procura ajuda”*.

Identificamos ações que promovem o acesso e a permanência de estudantes com deficiência. Essas ações envolviam a acessibilidade de ingresso pelas cotas para a inclusão, o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, das comunicações, dos sistemas de informação, dos materiais didáticos e pedagógicos. Esses procedimentos são disponibilizados no processo seletivo e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam ensino, pesquisa e

extensão. Para um dos interlocutores, *“sabemos desde o início do semestre que teremos alunos com deficiência. É o núcleo de apoio ao estudante quem entra em contato conosco. Tem uma planilha no início de semestre para todos os professores que têm algum aluno com deficiência dizendo, então, qual é o aluno, e qual deficiência”*.

Ao analisarmos as entrevistas, foi perceptível que os setores das diferentes IES, com estruturas distintas, mobilizam processos para a articulação com os professores, mas que, em alguns momentos, é fragilizado pelo acompanhamento e pela pouca oferta de formação continuada sobre o tema. Comenta um dos interlocutores: *“Sinto falta de mais formação para o coletivo sobre todas as deficiências, não é para aquela específica do aluno que estou recebendo na turma”*. Isso é refletido nas poucas práticas pedagógicas observadas. Destaca-se nas narrativas dos professores uma atenção aos processos relacionados a adaptações que realizavam nas avaliações, especialmente quanto ao aspecto do tempo de execução da prova, nos relata um dos interlocutores: *“Então eu me dei conta disso, eu basicamente adaptava a prova, ele podia fazer com consulta, pois eu aumentava o tempo, não dava muita atenção a ele”*.

No que se refere à Política de Inclusão Institucional, os professores consideram que existe uma normativa, documentos de orientação, garantia de acesso e o PEI (Plano Educacional Individualizado). No entanto, manifestaram que essa Política ainda está em construção. Como aspectos a

Estudantes narram que há muitos limites, desafios e preconceitos na trajetória acadêmica, e que isso dificulta a permanência nas universidades.

melhorar, infere-se a partir das narrativas dos professores que muitos não possuem conhecimentos específicos com relação às deficiências que os alunos apresentam e que, muitas vezes, não sabem como adequar o seu plano de ensino e suas práticas na aula. Sentem falta de um contato mais permanente com os responsáveis dos setores específicos de atendimento ao professor e ao aluno com deficiência. Nas narrativas, demonstraram confusão em relação ao conceito de pessoa com deficiência.

Nos discursos dos professores, ficou manifesto que são oferecidas formações continuadas sempre no início dos semestres. Mas que o tema acessibilidade ou inclusão dos alunos com deficiência não aparece como temas específicos em duas das IES e expressam que sentem a necessidade de formações com relação à inclusão em uma periodicidade contínua, que à medida que os alunos ingressam nos cursos, eles possam aprender sobre o tipo de deficiência que o aluno possui, estratégias de ensino, recursos pedagógicos e um acompanhamento formativo e permanente dos setores e não somente informativo. Na IES que oferecem com frequência, poucos professores participam; de modo geral, somente os que possuem em suas turmas estudantes com deficiência.

Nem todas as IES apresentam um Plano Educacional Individualizado e isso é percebido pelos estudantes como uma perda em sua aprendizagem, pois, apesar de terem uma relação de proximidade com a coordenação de curso, pontuam que os professores, geralmente, têm conhecimentos básicos das deficiências, portanto apresentam dificuldades de perceberem as potencialidades e a forma como os estudantes aprendem. Os estudantes narram que há muitos limites, desafios e preconceitos na trajetória acadêmica, e isso dificulta a permanência e conclusão dos estudos nas IES. Problematizam as adaptações de modo geral e o uso das tecnologias.

As IES pesquisadas estão em níveis diferentes de implementação de uma política de acessibilidade e inclusão, apesar de toda uma legislação vigente. Observa-se que isso, de certa forma, está vinculado à gestão das

Instituições que têm entendimentos diversos sobre a questão da inclusão e sua responsabilidade para que isso aconteça (JACOBUS, *et al*, 2021). As três IES têm no tema da inclusão de estudantes com deficiência um princípio institucional em diferentes níveis de estratégias na gestão. Duas apontam para a concretização de uma Instituição mais inclusiva e uma busca em ser uma Instituição mais acessível aos estudantes com deficiência.

Considerações

Ao analisarmos as estratégias de gestão utilizadas pelas IES para permanência e conclusão do estudante com deficiência, identificamos que há uma Política Nacional, com diversas regulamentações, que possui setores especializados para fazerem a mediação entre coordenação de curso, professores, estudantes e família. No entanto, a pesquisa apontou que um dos desafios é desenvolver propostas que possam sensibilizar e envolver os professores para que qualifiquem o trabalho docente. Outro desafio é propiciar espaços para que o professor seja ouvido e que ele realmente possa participar da construção dos processos pedagógicos, transformando esses lugares de formação em espaços que abriguem a existência de programas de formação docente permanente, articulando a missão institucional, incluindo docentes e estudantes. Ficam as seguintes indagações: Será que as IES estão proporcionando esses espaços? Quais perfis e saberes são necessários aos docentes? As forças institucionais que foram acionadas nessa direção garantem a consolidação do acesso e permanência dos estudantes com deficiência? Quais são as possibilidades e os desafios que os gestores das IES assumem diante deste panorama educacional na educação superior no Brasil?

Essas questões orientam novos estudos e acenam para uma contribuição consistente quanto às proposições da qualidade da educação superior em nosso país.

Referências

BRASIL. Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: L9394.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Dispõe sobre o **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: L13146.

BRASIL. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**. 2007. Disponível em: [Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência](#).

FRANCO, M.A. **Prática pedagógica e docência**: um olhar a partir da epistemologia do conceito. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília: v. 97, n. 247, p. 534-551, set/dez. 2012.

JACOBUS, Artur *et al.* Um olhar para a gestão de inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior. **Revista Olhares**, Guarulhos, 2021. Disponível em esearchgate.net/publication/367186535_UM_OLHAR_PARA_A_GESTAO_DA_INCLUSAO_DE_ESTUDANTES_COM_DEFICIENCIA_NO_ENSINO_SUPERIOR_BRASILEIRO. Acesso 24/05/2025

Ministério da Educação (MEC/SEESP). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, 09 de outubro de 2008. Disponível em: [EDUCACAO INCLUSIVA: POLITICA NACIONAL DE EDUCACAO ESPECIAL](#)

Ministério da Educação. **Censo da Educação Superior**, 2022, Brasília, 10 de outubro de 2023. Disponível em [Microsoft Power BI](#).

MIRANDA, T. G. **A inclusão de pessoas com deficiência na universidade**. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2., 2006, Vitória. Anais. Vitória: UFES, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um Discurso sobre a Ciência**. Porto: Porto Editora, 2010.



sinprors.org.br/textual



/SinproRS



/SinproRS



/SinproRS



/SinproRS

expediente

A Textual Virtual é uma publicação do Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS. Avenida João Pessoa, 919 – Porto Alegre RS – CEP 90.040-000. Fones: (51) 4009.2900 – (51) 4009.2980. www.sinprors.org.br/textual – textual@sinprors.org.br. Coordenação-Geral | Valéria Ochoa | valeria.ochoa@sinprors.org.br. Edição Executiva | César Fraga | cesar.fraga@sinprors.org.br. Conselho Editorial | Fernanda Acosta Funchal, Marcos Paulo Tonial, Cristiane Antônia Hauschild Johann, Marcos Júlio Fuhr, Rodrigo Perla Martins, Arthur Beltrão Telló, Beatriz Sallet, Evandro Ribeiro Rosso, Honor de Almeida Neto, Marcos Kammer, Josiane Abrunhosa da Silva Ulrich, Jean Mauro Menuzzi e Victor Hugo Tabarez Santana. Revisão | Press Revisão. Projeto Gráfico, Edição Gráfica e Editoração | Rogério Nolasco Souza.

Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores.